



Alagoas tem a maior redução da violência em 2024, com queda de 53% nos crimes letais

MACEIÓ, 01/02 A 07/02 DE 2025 - ANO IV - EDIÇÃO 189 - R\$ 3,00 REDEREPORTER.COM.BR

NAUFRÁGIO PETISTA – ‘Ninguém embarca em navio se sabe que vai naufragar’, diz Lira sobre apoio eleitoral a Lula



PRECONCEITO

Justiça condena Sikêra Jr. e RedeTV! a pagar R\$ 300 mil por declarações homofóbicas



ARTICULAÇÕES

Vereadora Teca Nelma sinaliza candidatura a deputada estadual em 2026



ISNALDO BULHÕES

Especulação sobre saída de Renan Filho do Ministério dos Transportes movimentam bastidores





WILLIAMES DE MELO



TREINAMENTO IMPORTANTE

Encontro Alvisareiro Laurentino Veiga
Lourenço Ferreira de Melo Sucupira da Veiga, meu trisavô, abastado lusitano, aportou no Valle do Parayba nos idos de 1838. Adquiriu léguas de terras, edificou A Capela de São Lourenço, acolada ao casarão onde residiu com sua esposa e seus sete filhos. A então Villa fora denominada de Lourenço durante setenta anos consecutivos.

Na linha sucessória direta, surgiu meu bisavô Luis Veiga de Araújo Pessoa, Major Lulu, que deu continuidade ao patrimônio dos Veiga em Paulo Jacinto. Inclusive, modernizou a Capela, importando imagens de santos de Portugal que, ainda hoje, embelezam o Santuário.

Na sequência, meu avô materno José Luis da Veiga Lima (18.03.1870 - 23.01.1945), capitão Cazuza, ampliou as dimensões onde se encontram cemitério particular, a Capela em bom estado de conservação, bem como expandiu o criatório de gado, cavalos e herdou quatorze escravos aflorados que tocaram a fazenda como um todo.

Na manhã do dia 25 de janeiro do fúente ano, deu-se o Encontro Alvisareiro capitaneado pelas primas Andrea-Arabel (filhas de prima Argentina), e Sarah de América. Isto é, celebrou-se a Missa em memória dos ancestrais que muito fizeram pelo engrandecimento da Família Veiga.

Registro, portanto, as presenças dos descendentes do capitão Cazuza: Luiz Veiga (Tia Taciana), minhas filhas Professora universitária Vanessa Pollyana, advogada Vanissa Paloma, meu neto acadêmico de Direito Kennedy Veiga. As minhas irmãs Maria de Jesus Rocha Barros, Tereza Veiga (filhas de Naninha) e meus sobrinho de minha irmã Tabita: João Neto, Francisco, Veigunha e meu sobrinho Robério com sua família.

No conagração familiar, compareceram ao evento: o casal Luciana/Saulo Ventura, Promotor de Justiça, Ana Costa/jurista Richard Manso, médico Ellei Veiga, as primas Júlia-Mabel. A Santa Missa fora celebrada in loco pelo sacerdote Marcos, de Quebrangulo. Na ocasião o

padre parabenizou os presentes, exaltando as presenças de Deus e de Nossa Senhora, das Graças, Padroeira de Paulo Jacinto. Na sua homilia, deixou claro que sem o Filho de Deus nós somos nada. Elogiou o Encontro Alvisareiro e abençoou a todos.

A bem da verdade, faltaram Doutor Judá Fernandes de Lima (92 anos), sua esposa assistente social Almiria Fernandes de Lima, cujas presenças foram sentidas pelos relevantes serviços prestados ao Clã dos Veigas de Paulo Jacinto. Além de outros familiares que não puderam comparecer ao conagração familiar.

Após a missa, fora servido lauto almoço no casarão e, ao mesmo tempo, deu-se o entrelaçamento familiar, com direito a fotos. Voltar à terrinha que me viu nascer traduz satisfação, contentamento e, sobretudo, sensação de dever cumprido. Rever amigos, parentes que deixei na aurora da década de sessenta para vir estudar na bela capital. VIVA O ENCONTRO ALVISAREIRO!!!



NÃO EXISTE DIREITO ADQUIRIDO AO ABORTO "LEGAL"

A Resolução 2378 do Conselho Federal de Medicina (CFM) de que foi relator o 2º subscritor, proíbe o procedimento de assistolia fetal em fetos maiores que 22 semanas por ser método bárbaro de tortura. Tão logo publicada, militantes do aborto começaram, com argumentos falaciosos, a tentar revogá-la. Dentre esses argumentos, o tema desse artigo é a alegação de que o aborto não é punível pelo Código Penal e seria um direito adquirido, cuja recepção pela Constituição é ainda objeto de reflexão, em face da clareza do "caput" do artigo 5º da Lei Suprema, que diz ser o direito à vida inviolável.

Um dos argumentos é que o Código Penal não oferece direitos, pois o direito de defesa do acusado é assegurado pelo Código de Processo Penal. O que ocorre é que o aborto não é punível em três situações: risco de morte materna e estupro pelo Código Penal e, mais recentemente, casos de anencefalia baseado na ADPF 54 e que, em 2012, por decisão do Pretório Excelso, e não do Legislativo, foi criada uma terceira hipótese de aborto eugênico. Então é preciso diferenciar os casos de risco de morte materna dos outros dois.

A mulher que comprovadamente corre o risco de morrer se levar a gravidez adiante tem o direito à saúde previsto no artigo 196 da Constituição Federal:

"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Então é importante deixarmos claro que qualquer mulher que corra risco substancial de morte, caso leve a gravidez à frente, tem o direito de interromper sua gravidez. Iremos então abordar nesse artigo as duas situações que o ordenamento jurídico brasileiro autoriza o procedimento do aborto a ser realizado somente por médicos: estupro e anencefalia.

Entendemos que mesmo não punível, não há obrigação de realizar-se abortos com base no desejo de fazê-lo em casos que não sejam de risco de morte da mulher, principalmente nas hipóteses que envolvam gravidezes com mais de 22 semanas. Os gestores, a nosso ver, têm a liberdade de não realizarem em seus hospitais, Municípios e Estados abortos de bebês acima de 22 semanas pelo método de assistolia fetal nestas hipóteses.

As ações no Ministério da Saúde do 2º subscritor, enquanto secretário nacional de Atenção Primária entre 2020 e 2022 e como conselheiro no Cremerj e CFM trouxeram à luz diversas questões relacionadas ao aborto que eram omitidas como, por exemplo, a portaria em 2020 que obrigava a notificação do estupro seguindo a lei de violência sexual foi alvo de uma ADPF. Somente o Ministério da Saúde declarou-a inválida, deixando a salvo os estupradores. O manual do aborto, então redigido em 2022, que proibia assistolia fetal também foi alvo da ADPF 989, mas se constatou a legalidade estrita do seu conteúdo. E, mais recentemente, a resolução p;am p;atilde;o do CFM da qual foi relator o 2º subscritor, que proibia assistolia fetal em casos de estupro acima de 22 semanas, infelizmente suspensa pelo STF na ADPF 1141. Estamos agindo para que seja julgada o mais rápido possível para impedir a morte de bebês viáveis de até nove meses. Enquanto isto, lutamos para que o Parlamento vote um projeto de lei que é cópia da

Resolução do CFM, que pune o médico que realiza a assistolia fetal.

Não apoiamos as ações que colocam penas nas mulheres maiores que as dos estupradores.

Essas ações trouxeram luz a dois problemas que os que defendem o aborto escondiam: não se denunciavam os estupros que levavam a esses abortos, se descumprindo a lei e ninguém imaginava que se matassem bebês de oito e nove meses sendo que os estupradores raramente eram punidos.

Agora, enfrentemos essa nova questão: existe direito ao aborto baseado na não punibilidade do código penal? A nosso ver, não!

O Código Penal é apenas um estatuto que, ao lado do processo penal, que garante o direito de defesa do acusado contra a sociedade e assegura ao condenado a não ter pena maior do que a estabelecida. Assim sendo, à exceção de postulados relacionados à execução de pena, direcionados aqueles que estão cumprindo alguma sanção penal, as leis penais não criam outros direitos e nem geram obrigações na órbita civil de nossa sociedade. O direito penal existe para defender bens jurídicos e responsabilizar transgressores. Assim, não ser punível em determinadas situações não significa que existe um direito ao aborto.

A situação correlata seria o homicídio em que não há crime quando o agente pratica o fato: em estado de necessidade; em legítima defesa; em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. Mas nem por isso há o direito de matar. E todos os casos são investigados e, ao final, caso comprovados os requisitos legais, há absolvição. O que deveria ocorrer nos casos de aborto com excludentes de punibilidade para os médicos. A mídia e os defensores do aborto, por meio da insistência em repetir essa falácia, fizeram todos acreditarem que há um direito natural em realizar o aborto quando apenas não é punível, exigindo de médicos e gestores que o realizem para quem queira, mesmo sem risco de morte materna. Inclusive ameaçando e intimidando, por meio de ações judiciais, os médicos a procederem o homicídio uterino.

Caso recente é o da Prefeitura de São Paulo que optou por fechar serviços de aborto "legal" e é denunciada diariamente pela mídia de que está restringindo direitos. Não há esse direito previsto em nenhuma lei ou na Constituição Federal. A nosso ver, é absolutamente ilícito que o gestor se negue a disponibilizar serviços para realização de abortos, salvo, obviamente, os de risco de morte materna. Mesmo o direito do médico não realizar o aborto baseado na objeção de consciência já vem sendo questionado, inclusive por meio de projetos de lei propostos pelo PSOL. Nosso entendimento legal evitaria esse absurdo que é o de matar bebês de oito e nove meses por meio da assistolia fetal. Temos certeza que em caso de sedimentação desta inteligência, os gestores deixariam de medo da prisão, praticamente não haveria serviços realizando essa barbárie.

A situação de fetos anencefálicos também merece uma discussão mais aprofundada. Embora o STF tenha decidido que o aborto pode ser realizado nesses casos com a ADPF 54, legislando em lugar do Congresso para acrescentar uma terceira hipótese de aborto não punível, o eugênico, é

importante esclarecer que a decisão foi no sentido de não entender o bebê anencefálico como ser vivo, já que o conceito de vida é baseado na atividade cerebral. Não tendo cérebro, não há vida. Portanto, não haveria que se falar em aborto. Embora discordemos, isso é irrelevante já que a última palavra é a do Supremo. Essa questão mp;a mp;a tilde;o, todavia, é importante porque o Judiciário utiliza a ADPF 54 para legitimar toda sorte de abortos baseados numa suposta incompatibilidade com a vida pós o nascimento, inclusive, englobando situações totalmente compatíveis com a vida extrauterina. O mais estranho, porém, é que a decisão do STF na ADPF 54 foi de avaliação do bebê na gravidez e não após o nascimento. Se não há cérebro não há vida. O Judiciário então passou, muitas vezes, a decidir que em casos supostamente sem possibilidade de vida após o nascimento poder-se-ia fazer o aborto. Não conseguimos ver qualquer relação entre essas decisões e a ADPF 54. Seria como se autorizasse matar pessoas em situações não previstas.

Situações já autorizadas para realização de aborto baseadas na ADPF 54 incluem: síndrome de Patau (trisomia do cromossomo 13 que leva a uma malformação com comprometimento do sistema nervoso central, face, órgãos e membros), síndrome de Edwards (trisomia do 18 com retardo no crescimento fetal, associado à sobreposição dos dedos das mãos e anormalidades cardíacas e craniofaciais), síndrome de body stalk (malformação fetal grave decorrente da falha da formação das dobras cefálica, caudal e laterais do corpo embrionário), acrania fetal (ausência do crânio), gastrosquise (malformação congênita; amp; amp; ecir;nita da parede abdominal, ocasionando exposição de estruturas intra-abdominais, em especial o intestino fetal) e muitas outras. Além de situações que foram tidas como risco de morte materna baseadas até em questões psicológicas e psiquiátricas. Nada disso tem qualquer amparo legal.

Esta invasão de competência do Legislativo provoca decisões que produzem mortes de bebês.

Além do mais, muitas dessas situações tidas como incompatíveis com a vida fora do útero não são reais. A própria definição de incompatível com a vida significa que mais de 90% morrem no período de um ano após o nascimento. Mas 90% está muito longe de ser a totalidade quando se trata de vida. Há caso documentado de sobrevivência com síndrome de Patau com dez anos de sobrevivência e na de Edwards, chegando inclusive à adolescência. Sim, são casos raros, a maioria morre nos primeiros dias de vida, todavia, esses casos, mesmo que raros, inutilizam a premissa de serem doenças incompatíveis com a vida. A gastrosquise caso se consiga a êxito na cirurgia para correção pode ter sobrevivência normal.

Por todos esses dados apresentados, concluímos que não existe um direito ao aborto, nos casos de estupros, de bebês acima de 22 semanas. Embora o médico que o fizer enquanto a Resolução do CFM estiver suspensa pelo STF não possa ser punido. Não existe, também, obrigatoriedade que o gestor disponibilize esse método para quem o solicite. Esse tema deve ser melhor estudado por juristas e médicos para se chegar a um entendimento após amplo debate.

TREINAMENTO IMPORTANTE

A Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) do município de Rio Largo realizou um treinamento com os condutores do transporte escolar da rede municipal de ensino. Com a participação dos conselheiros tutelares, a reunião foi um momento para instruir e orientar os motoristas.

SALDO POSITIVO

A geração de emprego em Alagoas cresce 4,5% e fecha 2024 com 20,3 mil novas vagas. A criação de empregos no ano passado foi puxada por serviços, que abriram 11,4 mil novos postos com carteira assinada.

PRAZO PRORROGADO

A Secretaria Municipal de Educação de Maceió (Semed) prorrogou em mais um dia o prazo para matrículas presenciais de novos alunos da rede pública. O prazo que terminaria na próxima quarta-feira, 5 de fevereiro, agora prossegue até o dia 6 fevereiro.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal

Endereço para correspondência:

REDACAO@REDEREPORTER.COM.BR

WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.

POLÍTICA

NAUFRÁGIO PETISTA – ‘Ninguém embarca em navio se sabe que vai naufragar’, diz Lira sobre apoio eleitoral a Lula



Deixando a presidência da Câmara após quatro anos no cargo, o deputado Arthur Lira (PP-AL) afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) age corretamente ao atrelar a reforma ministerial — que contempla partidos do centrão — a um eventual apoio à sua reeleição em 2026. No entanto, Lira pondera que, além de ajustes no primeiro escalão, o governo precisa melhorar o ambiente econômico e a relação entre Executivo e Legislativo para consolidar alianças.

“Uma base de apoio para governar é diferente de uma base de apoio eleitoral. O apoio eleitoral depende de economia e de possibilidades. Ninguém vai embarcar num navio que vai naufragar sabendo que vai naufragar”, declarou o parlamentar em entrevista ao Valor Econômico.

Fiador da aprovação de medidas prioritárias para a agenda econômica, como a reforma tributária e o novo arcabouço fiscal, Lira destacou que o governo enfrenta dificuldades para

avancar em projetos de aumento de arrecadação, uma vez que, segundo ele, consolidou-se a percepção de que o governo “só taxa a população”.

Apesar da impopularidade de algumas medidas, o deputado avalia que a reforma do Imposto de Renda, promessa de campanha de Lula, deve ter um caminho legislativo complexo. “Ela tem apelo e até justiça social. Mas como equilibrar? Isso precisa ser discutido no Congresso, e temos este ano para isso”, ponderou.

Ao fazer um balanço de sua gestão à frente da Câmara, Lira ressaltou a importância das reformas aprovadas nos últimos anos, incluindo a independência do Banco Central e a regulação do saneamento. Ele também lembrou que foi uma das primeiras autoridades a reconhecer a vitória de Lula nas eleições de 2022, o que, segundo ele, ajudou a conter eventuais contestações ao resultado das urnas.

No entanto, sua gestão também ficou marcada pelo fortalecimento das

emendas parlamentares. O deputado defendeu o instrumento e admitiu a necessidade de aprimorar os mecanismos de repasse dos recursos, mas alertou para o risco de que esse debate evolua para uma crise institucional.

“Quem decide para onde vai o dinheiro decide o poder. Mudou a geografia política. Temos que aprimorar o Orçamento, mas sem criminalizar o processo, pois o Brasil não precisa de crise institucional”, afirmou.

Sobre as emendas de relator, que ficaram conhecidas como “orçamento secreto”, Lira sustentou que a prática sempre existiu e foi regulamentada para garantir maior transparência. Ele também criticou o que chamou de “emenda Pix”, por não ter um objeto pré-definido, e defendeu melhorias nesse modelo.

Lira reconheceu que a reforma administrativa — outro tema de destaque — não avançou por falta de

ambiente político adequado, mas afirmou que a proposta pode ser retomada futuramente. “Ela está pronta. Basta trazer para o plenário e garantir os 308 votos necessários”, disse.

Sobre a sucessão na Câmara, Lira indicou Hugo Motta (Republicanos-PB) como seu possível herdeiro político e afirmou que muitas das pautas econômicas e institucionais serão um legado para os próximos presidentes da Casa e do Senado.

O parlamentar também comentou as investigações conduzidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Ministério Público sobre destinação de emendas em vários estados. Para Lira, cada Poder deve cumprir suas funções sem interferência indevida. “Se um juiz ou promotor identifica um problema, ele tem que oficiar. Mas, no final das contas, quando as coisas não estão claras, surgem versões. Quem faz errado, mais cedo ou mais tarde, paga”, concluiu.

ISNALDO BULHÕES

Especulação sobre saída de Renan Filho do Ministério dos Transportes movimentam bastidores



Uma nota publicada pelo site *O Antagonista* gerou repercussão nos bastidores da política alagoana ao sugerir que o deputado federal Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL) poderia assumir o Ministério dos Transportes no lugar de Renan Filho. A informação indicava que o atual ministro estaria

planejando deixar a pasta para se dedicar à campanha de reeleição do pai, o senador Renan Calheiros, em 2026.

No entanto, a especulação não se confirmou. Renan Filho segue no comando do ministério, e Isnaldo Bulhões, que encanou o boato com bom humor, mantém sua atuação tanto em Brasília quanto em Alagoas.

Líder do MDB na Câmara e um dos parlamentares mais influentes do Congresso, Isnaldo já articula a chapa do partido para a disputa de 2026, com o objetivo de ampliar a bancada federal. A meta é sair dos atuais dois deputados para, no mínimo, três cadeiras — podendo chegar a quatro. Além dele e

do deputado Rafael Brito, que buscarão a reeleição, o MDB negocia candidaturas de lideranças políticas de Maceió e Arapiraca, além de novos nomes como o da ex-deputada federal Tereza Nelma.

“Estamos conversando com várias lideranças e temos uma boa perspectiva. Creio que o MDB manterá o governo, a vaga do senador Renan Calheiros e ampliará sua presença na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa”, afirmou Isnaldo.

O deputado destacou ainda que um dos focos da sigla na composição da chapa será a inclusão de mais mulheres na disputa, mas evitou antecipar detalhes.

PRECONCEITO

Justiça condena Sikêra Jr. e RedeTV! a pagar R\$ 300 mil por declarações homofóbicas

O apresentador Sikêra Jr. e a RedeTV! foram condenados a pagar R\$ 300 mil por danos morais coletivos em ações civis públicas movidas contra declarações de cunho homofóbico feitas pelo comunicador. A decisão foi proferida nesta segunda-feira (27).

O caso remonta a junho de 2021, quando Sikêra, durante o programa Alerta Nacional, criticou um comercial da rede de fast food Burger King que promovia a diversidade e referiu-se a pessoas LGBTQIA+ como "raça desgraçada".

Na ocasião, ele declarou: "Vocês são nojentos. A gente está calado, engolindo essa raça desgraçada, mas vai

chegar um momento que vamos ter que fazer um barulho maior. Deixa a criança crescer, brincar, descobrir por ela mesma. O comercial é podre, nojento. Isso não é conversa para criança."

Segundo os autos do processo, conteúdos exibidos no programa em junho e novembro de 2021 foram analisados pela Justiça. Além da multa, a decisão determina que a RedeTV! remova do ar todos os vídeos que contenham as falas ofensivas.

Procurados, os advogados de Sikêra Jr. não se manifestaram sobre a sentença. A RedeTV! informou que não comenta processos judiciais.



ARTICULAÇÕES

Vereadora Teca Nelma sinaliza candidatura a deputada estadual em 2026



A vereadora de Maceió, Teca Nelma, movimentou os bastidores políticos ao revelar a possibilidade de disputar uma vaga na Assembleia Legislativa de Alagoas em 2026. Com forte atuação em pautas sociais e progressistas, Teca reafirmou sua disposição de ampliar sua representatividade e fortalecer sua influência na política estadual.

Críticas e divergências políticas

Além de sua possível candidatura, a parlamentar voltou a defender uma investigação rigorosa sobre os casos envolvendo a direção estadual do PT, com ênfase na atuação de Ricardo Barbosa. Para Teca, é fundamental que o partido adote transparência e seriedade na apuração de possíveis irregularidades.

Outro ponto abordado por Teca foram suas divergências ideológicas com o vereador Leonardo Dias. Segundo ela, há uma diferença abismal entre suas concepções de política pública, o que torna inviável qualquer alinhamento ou proximidade política com o parlamentar.

A vereadora também resgatou o embate político que teve com o então vereador e atual deputado federal Fábio Costa. Em tom contundente, Teca disse que "não tem como manter diálogo com quem, no passado, pediu sua prisão", evidenciando o clima de tensão e antagonismo entre os dois.

Memória política e compromisso com a democracia

Teca Nelma relembrou ainda momentos de embates com o deputado Antônio Albuquerque, em 2022, reforçando sua postura firme diante de discursos que considera ultrapassados e prejudiciais ao avanço das políticas sociais.

Outra posição firme da vereadora diz respeito aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Teca se declarou contrária à anistia dos envolvidos nos ataques aos três poderes e defendeu punições exemplares para evitar que episódios semelhantes voltem a acontecer.

Críticas à gestão municipal e apoio ao Senado

No âmbito municipal, Teca não poupou críticas ao prefeito de Maceió, JHC. Segundo a vereadora, a gestão não tem investido adequadamente nas pautas sociais, deixando a população mais vulnerável e sem o devido suporte por parte da prefeitura.

Por fim, Teca Nelma confirmou seu apoio ao deputado federal Paulão na disputa pelo Senado em 2026. Para ela, Paulão é um nome preparado para representar Alagoas no Congresso Nacional, com histórico de luta e compromisso com as causas sociais.

As declarações de Teca Nelma já repercutem intensamente no meio político e devem influenciar os próximos desdobramentos do cenário eleitoral em Alagoas.

ISNALDO BULHÕES

Especulação sobre saída de Renan Filho do Ministério dos Transportes movimentam bastidores

Uma nota publicada pelo site *O Antagonista* gerou repercussão nos bastidores da política alagoana ao sugerir que o deputado federal Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL) poderia assumir o Ministério dos Transportes no lugar de Renan Filho. A informação indicava que o atual ministro estaria planejando deixar a pasta para se dedicar à campanha de reeleição do pai, o senador Renan Calheiros, em 2026.

No entanto, a especulação não se confirmou. Renan Filho segue no comando do ministério, e Isnaldo Bulhões, que encarou o boato com bom humor, mantém sua atuação tanto em Brasília quanto em Alagoas.

Líder do MDB na Câmara e um dos parlamentares mais influentes do Congresso, Isnaldo já articula a chapa do partido para a disputa de 2026, com o objetivo de

ampliar a bancada federal. A meta é sair dos atuais dois deputados para, no mínimo, três cadeiras — podendo chegar a quatro. Além dele e do deputado Rafael Brito, que buscarão a reeleição, o MDB negocia candidaturas de lideranças políticas de Maceió e Arapiraca, além de novos nomes como o da ex-deputada federal Tereza Nelma.

“Estamos conversando com várias lideranças e temos uma boa perspectiva. Creio que o MDB manterá o governo, a vaga do senador Renan Calheiros e ampliará sua presença na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa”, afirmou Isnaldo.

O deputado destacou ainda que um dos focos da sigla na composição da chapa será a inclusão de mais mulheres na disputa, mas evitou antecipar detalhes.



SEM PROVAS

PGR pede arquivamento de acusação de recebimento de propina por Calheiros



O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu o arquivamento de um inquérito que apura um suposto recebimento de propina pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), para influenciar na criação de legislações favoráveis ao empresário do setor portuário Richard Klien e o seu grupo, entre 2012 e 2014. Essa negociação teria sido mediada por Milton Lyra, apontado pela Polícia Federal em outras investigações como lobista do MDB. Gonet argumentou que o pedido de arquivamento se dá pela falta de “novos elementos relacionados a Calheiros, deixando as evidências iniciais isoladas nos autos”.

“Adicionalmente, diante das informações atualmente disponíveis e decorrentes das diligências já executadas, os indícios iniciais não mais projetam a mesma sombra de gravidade sobre a conduta do investigado, esvaziando a justa causa para continuidade do apuratório contra o parlamentar”, justificou Gonet. A reportagem procurou o senador e a assessoria — nenhum dos dois respondeu aos contatos até o momento.

Um dos elementos colhidos pela investigação diz que Klien doou R\$ 200 mil ao então PMDB, em 2012, dois meses antes da edição da chamada Medida Provisória (MP) dos Portos. “A edição de medida provisória é

prerrogativa exclusiva do Presidente da República, conforme estipula a Constituição. Na ausência de indícios que sugiram que Calheiros participou da sua edição ou que tenha influenciado a então presidente da República, Dilma Vana Rousseff, a editar o ato normativo, essa circunstância falha em fornecer fundamentação suficiente para a sua manutenção no polo passivo”, disse Gonet.

À Polícia Federal, a ex-presidente foi questionada sobre a possível influência de Calheiros na formulação da MP. Ela negou a interferência. Como mostrou o Estadão no ano passado, Gonet também pediu o arquivamento de inquérito contra Calheiros e o ex-senador Romero Jucá (MDB-RR) em caso que investiga o recebimento de propina da Odebrecht (atual Novonor) para o apoio a uma medida provisória que cedia vantagens fiscais a empresas que atuassem no exterior.

Gonet também pediu o arquivamento em outro inquérito contra Calheiros que apurava a acusação de que ele teria aceitado propinas em esquema de desvio de recurso do Postalís, fundo de pensão dos Correios, e em mais outro inquérito da Lava Jato que apurava suspeita de propina a políticos do MDB que envolvia a empresa Hypermarcas.

ALAGOAS

Alagoas tem a maior redução da violência em 2024, com queda de 53% nos crimes letais



Alagoas registra a maior redução da violência em 2024. De acordo com informações divulgadas pelo Governo de Alagoas nesta sexta-feira (31), o estado teve a maior queda na violência em toda a série histórica, que teve início em 2012. Os números de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) verificados no ano passado são significativamente menores em comparação com anos anteriores, inclusive com 2015.

O levantamento apontou que os números de violência em Alagoas também são menores se comparados com 2021, um período em que as mortes violentas diminuíram em todo o Brasil, principalmente devido à pandemia da Covid-19.

Segundo os dados do Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Neac/SSP), em 2024 foram registrados 1.056 Crimes Violentos Letais Intencionais, com uma média diária de 2,89. Isso representa uma redução de 38,4% em comparação com 2015, quando foram registrados 1.715 CVLIs, com uma média diária de 4,70.

Em 2021, durante a pandemia, foram contabilizados 1.073 CVLIs, com uma média diária de 2,94. No

entanto, os números de 2024 apontam para uma redução ainda maior da violência, com 1.056 CVLIs e uma média diária de 2,89, representando uma diminuição de 1,5% em relação a 2021.

O governo destacou que o quantitativo é 53% menor do que o registrado em 2013, o ano mais violento da série histórica em Alagoas. Naquele ano, foram contabilizados 2.247 crimes, com uma média diária de 6,15 crimes violentos letais intencionais.

O secretário de Estado da Segurança Pública, Flávio Saraiva, atribui os resultados positivos no combate à violência aos investimentos feitos pelo governador Paulo Dantas. Segundo Saraiva, o governo é o que mais investe na Segurança Pública em todos os tempos, o que resultou na construção de Centros Integrados de Segurança Pública, promovendo a efetiva integração das forças policiais.

Em resumo, Alagoas fechou 2024 com a maior redução da violência da sua história, o que reflete os esforços e investimentos do governo estadual na área de segurança pública.

ALAGOAS

Curso Operacional de Intervenção Tática Prisional promovido pela Polícia Penal de Alagoas capacita agentes para o uso da força

O Governo de Alagoas, em parceria com a Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social (Seris) e a Polícia Penal de Alagoas, está promovendo o I Curso Operacional de Intervenção Tática Prisional (Coitap/AL). O evento, considerado um dos mais importantes do país na área de intervenção prisional, tem suas inscrições encerradas nesta quinta-feira (30).

O objetivo do curso, realizado pelo Comando de Operações Penitenciárias (COP), é capacitar policiais para atuar como interventores táticos prisionais em situações de média e alta complexidade, bem como na resolução de conflitos dentro das unidades prisionais. Durante o treinamento, serão ensinados procedimentos e técnicas dentro da legalidade e do uso da força, contribuindo para a formação de multiplicadores e instrutores nesta área.

Com duração aproximada de 25 dias e carga horária de 335 horas aulas, o I Coitap-AL será realizado em Maceió. Foram disponibilizadas

40 vagas para o curso, sendo destinadas 25 vagas para policiais penais integrantes do COP/Maceió, sendo 16 para a Divisão de Operações Táticas, 8 vagas para policiais penais lotados em unidades prisionais de Alagoas, 5 vagas para policiais penais de outros estados e 2 vagas para outras forças de segurança pública.

Os interessados em participar do curso podem se inscrever acessando o link disponível na bio da Seris no Instagram (sistemaprisionalalagoas). A aula inaugural está prevista para o dia 10 de março de 2025, e a capacitação visa aprimorar as habilidades dos policiais penais para lidar com situações de alta pressão e complexidade nos presídios.

Dessa forma, o I Curso Operacional de Intervenção Tática Prisional realizado em Alagoas se destaca como uma importante iniciativa para a melhoria da atuação dos agentes penitenciários no enfrentamento de situações desafiadoras no ambiente prisional.



EDUCAÇÃO

Governo de Alagoas Lança Novo Índice para Monitorar e Melhorar Qualidade da Educação Básica Estadual até 2030

Em uma iniciativa marcante para a educação estadual, o governo de Alagoas, sob a liderança do governador Paulo Dantas, anunciou a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Alagoas (Ideal). Este novo índice tem como principal objetivo monitorar e fomentar a melhoria dos indicadores educacionais, bem como qualificar as práticas pedagógicas tanto na rede pública estadual quanto nas municipais. A oficialização do Ideal ocorreu por meio de um decreto publicado nesta quarta-feira no Diário Oficial do Estado (DOE).

O Ideal visa implementar estratégias que promovam a recomposição da aprendizagem com o intuito de reduzir desigualdades educacionais e fomentar a equidade. Além disso, inclui em seu planejamento estratégico um repertório de ações voltadas para a motivação em busca de melhores resultados na educação. Entre as iniciativas estão prêmios e condecorações que reconhecem e valorizam o mérito educacional, essenciais para a definição de metas futuras na trajetória da qualidade da educação básica.

A avaliação do Ideal será fundamentada nos resultados do Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas (Saveal), que considera os desempenhos em Língua Portuguesa e Matemática. A análise abrange três indicadores principais: desempenho, equidade de aprendizagem e rendimento. Este índice será uma

ferramenta crucial para a formulação de políticas públicas que visem aprimorar os sistemas de ensino do estado.

Roseane Vasconcelos, secretária de Estado da Educação, destacou que o Ideal é um reflexo do compromisso do governo em garantir uma educação de qualidade, igualitária e repleta de oportunidades para todos. Ela ressaltou a importância do novo índice ao lado do Saveal, para identificar pontos de melhoria e garantir o sucesso dos estudantes.

Alagoas já se destacou nacionalmente com resultados expressivos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O estado atingiu o melhor desempenho no ensino médio da rede estadual desde o início das avaliações do Ideb, alcançando a terceira melhor nota no Nordeste e a sétima melhor no Brasil em 2023. No Saeb, Alagoas se destacou como o segundo estado com o maior avanço no país.

A expectativa é que a implementação do Ideal estabeleça metas de crescimento para as escolas e municípios até 2030, cujo acompanhamento e divulgação serão realizados anualmente por meio de Instruções Normativas. Esse movimento reafirma o empenho alagoano em buscar a excelência educacional e refletir um sistema de ensino mais justo e equitativo.



ALAGOAS

Imprensa Oficial e Governo de Alagoas arrecadam mais de 500 kg de alimentos com troca solidária por livros em 2024



No ano de 2024, a campanha "Alimente a Leitura", promovida pela Imprensa Oficial Graciliano Ramos em colaboração com o Governo de Alagoas, alcançou um marco significativo ao arrecadar 533kg de alimentos não perecíveis. Essa iniciativa integra o programa Alagoas Sem Fome, que visa combater a insegurança alimentar no estado, e ganha destaque não apenas pelo alívio imediato que proporciona às famílias necessitadas, mas também pelo modo inovador como promove a cultura local.

A campanha se estabelece através de um sistema de troca solidária, em que os moradores de Maceió e visitantes podem doar 1kg de alimento não perecível e, em troca, adquirir quaisquer livros de uma seleção especial por um valor simbólico de R\$5. Tal estratégia não apenas apoia uma causa humanitária, mas também fomenta a literatura alagoana, oferecendo aos leitores a chance de expandirem seus acervos pessoais com obras de escritores notáveis da região, como Lêdo Ivo, Jorge de Lima, Dirceu Lindoso e José de Alencar.

Maurício Bugarim, presidente da Imprensa Oficial, enfatiza que a

campanha vai além da simples troca de livros por alimentos. "Ela representa a união entre cultura e solidariedade, fortalecendo tanto o acesso à literatura quanto o compromisso social", destaca Bugarim, ressaltando a importância do envolvimento comunitário no combate à fome e na promoção da leitura.

A variedade de títulos disponíveis ao longo do ano incorporou uma ampla gama de gêneros, incluindo romances, poesias, revistas e fotografia, atendendo a um público diversificado e promovendo a riqueza cultural regional. A campanha também se expandiu por meio de pontos de coleta em locais públicos, como o estande móvel da Leitura Itinerante, que incentiva a leitura e a solidariedade em diferentes espaços.

Para aqueles que se interessam, os livros podem ser adquiridos tanto através do site da Imprensa Oficial Graciliano Ramos quanto na loja física localizada em Maceió, ampliando o acesso à literatura e reforçando o compromisso com uma causa tão nobre.



GOVERNO DE ALAGOAS. **FAZ FAZ FAZ** PELA EDUCAÇÃO.



PROGRAMA ESCOLA DO CORAÇÃO



57 NOVAS ESCOLAS

13 NOVAS ESCOLAS EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS



Escola do Coração - Terra Nova



VEM AÍ 2 NOVAS CRECHES CRIA

Benedito Bentes

GOVERNO DE ALAGOAS. FAZ, FAZ, FAZ POR VOCÊ.

www.alagoas.al.gov.br
[governodealagoas](https://www.instagram.com/governodealagoas)
[governodealagoas](https://www.facebook.com/governodealagoas)
[governoalagoas](https://twitter.com/governoalagoas)
[governodealagoasoficial](https://www.youtube.com/governodealagoasoficial)
[governoalagoas](https://www.tiktok.com/governoalagoas)



ALAGOAS
GOVERNO

Trabalho e